

“MULHERES À PROCURA DE BENEFÍCIOS”: O CENÁRIO DO CRAS



Vinicius Tonollier Pereira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – Brasil



Resumo

Este artigo objetiva visibilizar e problematizar o cenário contextual do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), mostrando quem são as pessoas que mais o acessam e quais são os principais motivos para isso. A importância e a justificativa do estudo se devem ao fato de que o CRAS é considerado a “porta de entrada” do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o que faz com que tenha papel fundamental na acolhida dos(as) usuários(as) desta política. Para a construção da pesquisa, foram entrevistadas 21 psicólogas, que atuam em 20 CRAS das regiões metropolitana e central do Rio Grande do Sul. Trabalhou-se a partir da perspectiva das representações sociais. Todo o material das entrevistas foi submetido à análise de discurso. Os resultados, organizados em três campos temáticos, apontam que são mulheres, basicamente, quem mais acessa os serviços. Discute-se o porquê da preponderância do público feminino e sobre as pistas da ausência masculina. Já a procura por benefícios é a motivação principal de procura pelo CRAS, o que demonstra que os serviços não conseguem atuar preventivamente, evidenciando um cenário já instaurado de vulnerabilidade. Por fim, mostra-se que a busca por orientações e documentação é outra razão de procura, mas em menor escala. As considerações finais abordam o papel do CRAS e as dificuldades e as potencialidades que envolvem o acesso dos(as) usuários(as) aos serviços.

Palavras-chave: CRAS. Psicologia. Assistência social.

Introdução

Este artigo é parte de uma pesquisa de dissertação (PEREIRA; GUARESCHI, 2013) que buscou investigar as representações sociais de profissionais da psicologia que atuam em Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) sobre os(as) usuários(as) desse serviço que compõe o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Em um dos capítulos do trabalho acima mencionado, discutiu-se sobre quem são as pessoas que mais comumente acessam o CRAS e quais os motivos de procura pela assistência social. Como resultado, constatou-se que, na

perspectiva das participantes do estudo, acabam sendo mulheres, basicamente, quem mais costuma acessar os serviços, tendo como motivação principal a procura por benefícios. Outra motivação, mas em escala menor, é a busca por orientações e documentação. Assim, são esses achados que se objetiva problematizar neste artigo, no intuito de contribuir para a discussão sobre a política de assistência social, de maneira geral, especialmente no que se refere às atividades e às práticas no CRAS, em especial para a Psicologia. Para tanto, inicia-se o artigo com uma rápida revisão teórica, a fim de contextualizar do tema, composta dos três principais campos que compõem o trabalho: assistência social, psicologia e representações sociais. Após, apresenta-se o processo metodológico de produção de conhecimento desta pesquisa para, em seguida, discutir-se os resultados, parte que se privilegia com maior ênfase, encerrando com algumas considerações finais sobre o assunto.

Revisão teórica

Sistema Único de Assistência Social (SUAS): pela garantia de direitos

Pode-se considerar que o Brasil afirma os direitos sociais tardiamente, a partir das lutas de democratização que culminam na Constituição de 1988, inspirada no conceito de Estado de Bem-Estar Social, que consiste na expansão dos gastos nas áreas sociais e nas políticas universais (COUTO, 2010). No país, as políticas sociais se caracterizaram ao longo do tempo por sua fragmentação e pouca efetividade, subordinadas aos interesses econômicos dominantes, incapazes de interferir na desigualdade e pobreza que marcam nossa sociedade. Tratando-se da assistência social, o quadro é ainda pior, marcada historicamente como uma “não política”, como definem Couto, Yazbek e Raichelis (2010). Com a Constituição de 1988, conforme as mesmas autoras estabeleceu-se, ao menos, a sofisticação dos direitos sociais, direcionados cada vez mais à universalização, sendo a assistência social finalmente garantida como um direito.

Em uma análise crítica, compreende-se que a garantia de direitos emerge como resposta às expressões da questão social, formuladas a partir de demandas da sociedade. Para Yamamoto (2007), estas expressões dizem respeito a um conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos postos pela emergência da questão social, a contradição entre capital e trabalho, que provocam a intervenção do Estado. Sendo política sempre um conflito, nas sociedades capitalistas o que se observa é uma contínua oposição entre os interesses de acumulação e as

necessidades dos cidadãos. A fim de manter a ordem e atenuar as contradições inerentes ao capitalismo, como indica Duque-Arrazola (2010), o Estado atende às lutas das classes trabalhadoras mediante sua renúncia da transformação social estrutural em troca da garantia de suas necessidades básicas.

Assim, embora mesmo garantida constitucionalmente, a materialização da política de assistência social se dá de forma lenta devido, principalmente, à conjuntura adversa neoliberal dos anos 1990, mantendo características assistencialistas, baseadas na benevolência das classes mais abastadas em prol dos mais pobres. Diferentes programas e benefícios coexistiam fragmentados sem uma lógica nacional sistêmica. Foi só na década seguinte, a partir dos movimentos de mobilização de grupos sociais e de trabalhadores da área e de priorização do próprio Estado brasileiro, que a assistência social passou a ser fortalecida, com a expansão e redirecionamento de alguns processos anteriores (VAITSMAN, ANDRADE e FARIAS, 2009). Exemplo disso é que, mesmo existindo uma Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) sancionada em 1993, uma organização ampla em um sistema universal se deu só em 2005, quando surge o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), criado a partir da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004, inspirado na lógica de funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Com a criação do SUAS, propõe-se uma nova forma de gestão, com modelo descentralizado e participativo, regulando em todo país as ações socioassistenciais. O grande objetivo é que a assistência social deixe de ser caracterizada por ações imediatistas e focais para ser uma política de cidadania, pactuada pelo Estado por meio das três esferas do governo e a sociedade civil, assegurando um padrão de vida mínimo à população (MDS, 2004).

Com a constituição do SUAS, tem-se, então, a formação de uma ampla estratégia no enfrentamento à pobreza, às vulnerabilidades e ao risco social em que vivem milhões de brasileiros, conceitos que constituem atualmente novas expressões que incluem múltiplas manifestações de desigualdade social, para além da carência apenas de renda. Essas dimensões ampliam seu escopo de atuação para além dos benefícios financeiros, oferecendo toda uma rede de serviços (MDS, 2004), que se dá através de dois níveis: o da Proteção Social Básica (PSB), enfoque deste estudo, e a Proteção Social Especial (PSE). A PSB se caracteriza pela sua ênfase preventiva, objetivando evitar as situações de risco, desenvolvendo potencialidades e fortalecendo vínculos comunitários e familiares. A execução da PSB se materializa nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), unidades públicas estatais e de base territorial,

localizados geralmente nas áreas de maior pobreza e vulnerabilidade social, próximo dessas populações. Assim, o CRAS funciona como porta de entrada para o SUAS, sendo, portanto, a instituição responsável pela viabilização da PSB (MDS, 2004). Recomenda-se que cada CRAS tenha, além de assistentes sociais, preferencialmente psicólogos. Nos de pequeno porte, esse profissional é recomendando, sendo que nos de médios, grandes e nas metrópoles sua presença é obrigatória (MDS, 2006). Em 2011, já existiam 7,6 mil CRAS no país, cobrindo 99,5% dos municípios, o que evidencia a alta capilarização desse dispositivo pelo território nacional. Em um levantamento recente, Macedo et al. (2011) afirmam que em 2011 existiam 8.079 psicólogos atuando em CRAS no Brasil, 400 deles no Rio Grande do Sul.

Atualmente, como indicam Couto, Yazbek e Raichelis (2010), vivencia-se um processo de redefinição do perfil dos usuários do SUAS, a partir das transformações do capitalismo contemporâneo. O SUAS alarga o conceito de usuário da assistência social, incluindo não só os “inaptos para o trabalho”, sujeitos históricos tradicionais, como também grupos crescentes de desempregados e subempregados, que embora “aptos”, não têm acesso devido ao reduzido e competitivo mercado formal de trabalho ou que sofrem com baixos salários. Ou seja, cada vez mais os trabalhadores necessitam também da proteção social, o que aumenta a centralidade da política de assistência social. Porém, é um equívoco considerá-la como solução no combate à pobreza, pois essa é uma tarefa que não lhe cabe. A produção de desigualdade é inerente ao capitalismo e a vulnerabilidade deve ser vista como produto dessa estrutura, estando, portanto, para além das políticas sociais. O paradigma (neo)liberal suprime as causalidades sociais e econômicas da pobreza, responsabilizando os indivíduos por suas condições. Entretanto, não se pode responsabilizar os sujeitos pelas mazelas do sistema; o que se pode, sim, é enfatizar os direitos de cidadania para atender suas necessidades. A política de assistência social é, portanto, uma ação compensadora, que não existe para acabar com as desigualdades, mas para atenuar as assimetrias do capitalismo.

Porém, mesmo sendo uma medida paliativa, a consolidação do SUAS se mantém como fundamental, na medida que viabiliza direitos e constrói possibilidades de novos projetos de vida, garantindo uma existência minimamente digna para milhões de brasileiros. Com o Programa Bolsa-Família (PBF), por exemplo, o índice de pobreza diminuiu de 28,1% em 2003 para 16% em 2008 (MDS, 2010a). Mesmo assim, em 2011, 16,3 milhões de pessoas ainda se encontravam em situação de extrema pobreza (com renda *per capita* abaixo de 70 reais/mês), o que

corresponde a 8,5% da população brasileira (MDS, 2011b). Assim, embora limitada, distribuindo e não redistribuindo renda, essa transferência vem contribuindo para retirar um número significativo de pessoas da pobreza, graças também à articulação com a rede de serviços socioassistenciais. Uma crítica a ser feita é que os gastos públicos têm se mantido, em sua maioria, destinados unicamente à transferência de renda direta a fim de privilegiar vias de consumo, menosprezando os investimentos nos serviços públicos básicos e de promoção social, como CRAS e CREAS, como aponta Mota (2010). Mesmo assim, para Pochmann (2009), ao final da década, o Brasil poderá deter condições de bem-estar social equivalentes às verificadas em países desenvolvidos, com a superação da pobreza extrema, o que passa pelo aperfeiçoamento sistêmico do conjunto atual das políticas sociais.

Portanto, talvez hoje, mais do que nunca, esteja-se próximo de um Estado de Bem-Estar Social. Este carrega consigo a contradição de ser o que melhor atende os direitos sociais e, ao mesmo tempo, o que mais se aproxima do ideal liberal, por manter apaziguadas as disputas sociais e, conseqüentemente, a manutenção do sistema. Assim, as políticas públicas devem ser entendidas em relação ao modo e estrutura de funcionamento do capitalismo, já que não são nem boas em si mesmas, em um horizonte socialista, nem más em si mesmas, como defende quem quer uma verdadeira revolução, já que “pouparam” e dignificam ao menos em um patamar mínimo milhares de vidas humanas (GONÇALVES, 2010). Por isso, mesmo que não haja uma situação ideal, com o fim da pobreza, é importante assegurar condições dignas de vida, o que inclui renda, garantia de acesso a direitos e possibilidades de construção de novas histórias. Assim – ainda mais se tratando de uma política com histórica pouca visibilidade e com um passado calcado na caridade – o SUAS se torna, inegavelmente, um marco de avanço para definitivamente colocar a assistência social em pauta e tornar alguns processos de mudanças possíveis.

Psicologia e/na assistência social hoje – problemas, possibilidades e perspectivas

A entrada da psicologia na assistência social de forma “oficial”, prevista nas equipes básicas, é um fenômeno tão relativamente recente quanto o próprio SUAS, já que é o advento deste que insere definitivamente a psicologia no campo.

Porém, mesmo com esse novo leque possível de atuação para os(as) psicólogos(as), a formação acadêmica permanece ainda pouco alterada. Guareschi et al. (2010), ao pesquisarem os currículos dos cursos de Psicologia no Rio Grande do Sul, percebem as dicotomizações entre

psíquico e físico; ênfase ao diagnóstico e no indivíduo, deslocado do seu contexto; e pouco espaço formal dedicado aos aspectos éticos e políticos. Isso significa que embora o paradigma racional-positivista continue perdendo força e parte da psicologia já tenha rompido com esta influência, permanecem até certo ponto fortalecidas as perspectivas deterministas e individualistas que fundamentaram a psicologia desde seu “início” no século XIX, resultando no problema das práticas ainda vinculadas ao controle social (FREITAS, 2009; KAHALE e ANDRIANI, 2006). Para Bernardes (2004), os currículos são resultados do que é valorizado socialmente, manipuláveis conforme o objetivo que se pretende obter. O que se conclui é que as discussões éticas e políticas são ainda minimizadas ou excluídas em prol de um saber orientado para o mercado, que tenta manter a posse sobre a verdade psicológica.

Sendo assim, a atuação em políticas públicas envolve ainda o risco de se tornar uma prática de controle e governo da população – como mostram Hillesheim e Cruz (2012) e Lopes (2009), baseados em uma análise foucaultiana – já que o Estado, a partir da ideia de inclusão, também estabelece uma estratégia de poder, capturando todas as pessoas pelo próprio discurso da cidadania. O contraponto é que as famílias incluídas nas políticas públicas passam, inegavelmente, a terem condições diferenciadas de vida, melhores das que se encontravam antes, ficando satisfeitas com essa situação, inclusive porque também podem consumir mais, graças à transferência de renda, por exemplo, mesmo que fiquem sujeitadas ao Estado. Ou seja, é uma lógica que favorece o mercado, mas que também favorece os mais pobres e vulneráveis. Assim, ou os sujeitos ficam incluídos e ordenados pelo consumo, longe da miséria, mantendo-se, porém, na ordem de mercado; ou, ao contrário, excluídos do jogo, vivenciando situações de vulnerabilidade, porém propensos à mudança da ordem. O resultado é que o segundo item é mais perigoso por não sabermos se isso vai mesmo acontecer, quando vai acontecer e, eticamente, quantas milhares de vida vão custar. E, talvez por isso, continua-se apostando nas políticas públicas. Assim, resta o devido cuidado dos profissionais na problematização de suas próprias ações, a fim de que suas práticas não sejam disciplinadoras ou portadoras de modos de adaptação e integração social, que acabem por agenciar subjetividades (GONZÁLES e GUARESCHI, 2009), mas, ao contrário, que fomentem e potencializem subjetividades diversas.

Dimenstein (2010), em uma visão mais otimista, que aponta para possibilidades, defende que há atualmente um esforço em nosso país para produzir uma formação que rompa com saberes tradicionais e descontextualizados, superando um modelo de atuação distante do cotidiano para

reinventar novos modos de agenciamentos. Assim, um dos desafios hoje para a psicologia é, ou continua a ser, o de se aproximar da vida das pessoas e de suas realidades, construindo práticas em consonância com as exigências dessa população.

No SUAS, especificamente, exige-se da psicologia ampliação dos seus focos típicos, a fim de promover mudanças políticas e de cidadania. Com isso, se quer uma prática que supere a psicologização dos problemas sociais, ultrapasse a dimensão disciplinadora de culpabilização, rompa com referenciais do tipo “disfuncionais” e que compreenda os fenômenos a partir de uma perspectiva social ampla (TEIXEIRA, 2010).

Algumas pesquisas na interface entre psicologia e assistência social já revelam que uma mudança paradigmática já se encontra em movimento, dividida ora entre práticas que se pode chamar de inovadoras e/ou progressistas, ora conservadoras e/ou tradicionais. Dentro desse processo de mudança paradigmática passa ser fundamental a forma como os(as) profissionais concebem os(as) usuários(as) da política de assistência social, e também sobre as pessoas que mais acessam os serviços e o porquê o fazem, o que justifica este estudo. Na busca dessa compreensão, trabalha-se na perspectiva das representações sociais.

Representações Sociais

As representações sociais (RS) são tanto uma teoria, que se interessa pela forma como os saberes são produzidos e transformados na interação social, em especial os saberes da vida cotidiana; como um fenômeno, compreendendo ideias, valores e práticas inseridos em um contexto comunicativo e que constroem a realidade social (JOVCHELOVITCH, 2008), o que será de interesse neste estudo. Guareschi (1996) acrescenta que para além desses dois níveis, há ainda um terceiro, das RS como metateoria, e isso permite sua diferenciação de outras perspectivas, já que possuem uma dimensão própria, histórica e social, que a opõem às tendências positivistas. Assim, observa-se que as representações sociais são objetos complexos e, por isso, não é simples explicá-las e compreendê-las. Porém, é uma tarefa necessária quando se trabalha com elas.

Moscovici foi quem cunhou o termo representações sociais, em 1961, ao publicar o resultado de sua pesquisa sobre a recepção da psicanálise na França. Sua tese é de que o saber, ao penetrar em outros contextos, transforma-se, como de fato ele verificou. Ele situa as RS em um paradigma comunicativo e dialógico, rompendo com a racionalidade absoluta para acreditar no poder da comunicação e do entendimento como promotores de mudanças. Com isso, o autor

recupera a ligação entre saber e contexto, mostrando que o conhecimento, longe de algo isolado, depende de um meio social específico e de um modo de vida que o produz (MOSCOVICI, 2003).

Na tentativa de uma definição para as representações sociais, Moscovici (2003) indica que elas fazem parte do cotidiano e compõem todas as relações e comunicações, constituindo mesmo a realidade da vida das pessoas. Nessa perspectiva, não há algo “lá fora” a ser conhecido, mas é por meio das representações que se constrói o mundo. Para o autor, as RS são tanto simbólicas, como reais; tanto afetivas, como cognitivas. São, ao mesmo tempo, produtos e produtoras da comunicação, habitando um mundo comum compartilhado pela linguagem, possibilitando a todos que se orientem e se comuniquem; qualquer informação que circule está ‘contaminada’ de RS, pois elas constituem a atmosfera dinâmica do social. São capazes de produzir convenções e prescrições, já que têm grande poder de influência por serem socialmente criadas e compartilhadas, mas são, por outro lado, sempre singularmente internalizadas e recriadas por cada um. Sua finalidade maior é tornar a comunicação não problemática, isto é, reduzir o “vago” através do entendimento entre as pessoas, orientando-as em suas ações na vida cotidiana. Porém, não se deve pensá-las dentro de um campo equilibrado, mas, ao contrário, constituem um campo de luta de ideias e de batalhas ideológicas.

Definido mais especificamente o que são as RS, o que, contudo, está longe de permitir sua plena compreensão, surge o desafio de pesquisá-las, como acontece neste estudo, o que traz à tona dois pontos principais. O primeiro aspecto é o seu aspecto ontológico, já que

elas (representações sociais) ‘são’, de fato, mas elas não podem ser tocadas. Elas existem, mas não se deixam ver. Elas possuem determinada concretude, mas não podem ser delimitadas, medidas, desenhadas. Elas aparecem sem ser vistas; influenciam, sem que as identifiquemos claramente (GUARESCHI, 2000, p.249-50).

Com isto, já fica suficientemente claro o quão desafiante é a tarefa de “capturá-las”. O segundo ponto está relacionado mais diretamente a esta pesquisa, no encontro proposto entre os saberes. Pesquisar as RS dos psicólogos pode parecer contraditório, já que a psicologia faria parte do conhecimento científico, oposto ao saber do senso comum, característico das RS. Mais uma vez, Moscovici (2003) é capaz de auxiliar nessa compreensão, quando afirma que ambos os saberes, popular e científico, coabitam todas as pessoas, que possuem muitos modos de pensar e representar, o que ele denomina polifasia cognitiva. Isso significa que diferentes formas de pensamentos coexistem lado a lado, variando conforme o contexto onde se está, o grupo ao qual

se pertence, o objetivo e interesse que se tem, etc. Jovchelovitch (2008) corrobora com essa ideia ao afirmar que não existe nenhuma forma pura de conhecimento. Eles se misturam no processo de dar sentido ao mundo, maleáveis conforme o contexto social, psicológico e cultural.

Por fim, deve-se admitir que os fenômenos representacionais são muito mais complexos do que o objeto de pesquisa construído a partir deles. Conforme Sá (1998), isso significa que necessariamente há uma simplificação quando passamos do fenômeno ao objeto de pesquisa, o que também ocorre com as representações sociais, já que são uma forma de simplificação da realidade na medida em que funcionam como espécies de teorias. Assim, quando se pesquisa representações sociais, o que se faz é uma aproximação da “realidade” estudada.

Pesquisa de campo nos CRAS

O objetivo da pesquisa de dissertação do qual este estudo faz parte foi o de investigar quais são e como se revelam as representações sociais dos(as) psicólogos(as) que atuam em CRAS sobre os(as) usuários(as) deste serviço. Para tanto, optou-se por abordar os discursos dos entrevistados, por meio de entrevistas abertas, a fim de melhor explorar as diferentes representações acerca do tema.

Os participantes do estudo foram reunidos por conveniência, em CRAS de mais fácil acesso ao pesquisador, que reside em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. As entrevistas foram realizadas entre março e julho de 2012. No total, foram entrevistadas 21 psicólogas, todas mulheres. Durante o trabalho, nas citações de suas falas, elas serão chamadas abreviadamente de P1 (participante 1), P2, P3 e assim sucessivamente, até a P21. As entrevistadas são oriundas de 20 CRAS diferentes, de 9 cidades da região metropolitana de Porto Alegre e 5 da região central do Rio Grande do Sul, totalizando 14 municípios. Destes, de acordo com a classificação do SUAS (MDS, 2004), dois são de pequeno porte I (até 20.000 habitantes), três de pequeno porte II (de 20.001 a 50.000), dois de médio porte (50.001 a 100.000), seis de grande porte (100.001 a 900.000) e uma metrópole (mais de 900.000). A média de idade ficou em 32,5 anos, tendo a participante mais velha 58 anos e a mais nova 24. O tempo médio de anos transcorridos após a conclusão de graduação é de sete anos, sendo o maior tempo de 27 anos e o menor de um ano e seis meses. Cerca de 70% se formaram em universidades particulares, sendo as outras 30% oriundas de universidades federais. O tempo total de trabalho em CRAS é em média de 1,8 anos. O maior tempo de trabalho em CRAS foi de seis anos e seis meses e o menor de quatro meses. O

tempo médio de carga horária semanal foi de 30 horas, sendo as maiores de 40 horas, e a menor de 16, discrepante dos dados do Censo SUAS 2009 (MDS, 2011a), que trazem que 51% dos profissionais de ensino superior cumprem 40 horas semanais. Quanto ao vínculo empregatício, a maioria, 13 delas, eram servidoras estatutárias, concursadas do quadro municipal, enquanto oito tinham contratos temporários, realidade melhor que a apresentada pelo Censo SUAS 2010 (MDS, 2010b), que indica que apenas 35,6% dos servidores com ensino superior nos CRAS do país são concursados.

A presença única de mulheres está em consonância com dados de Macedo et al. (2011), que indica que do total de 8.079 psicólogos(as) que atuavam em CRAS no Brasil em 2011, 89,6% são mulheres, evidenciando a preponderância do público feminino. Isso tem a ver com a maior presença feminina do que masculina nos cursos de psicologia, e também nos de serviço social, que fazem com que a assistência social seja uma política predominantemente feminina, inclusive em relação aos(às) usuários(as), como se verá adiante, nos resultados da pesquisa. No Rio Grande do Sul, segundo os mesmos autores, em torno de 400 psicólogos(as) atuam em CRAS, sendo relevante que se tenha entrevistado cerca de 5% desses(as) profissionais, embora não se esteja interessado nos números de opiniões nem em generalizações absolutas dos achados. Essa significância apenas indica que se tem uma boa gama de representações a explorar. Soma-se a essa riqueza a diversidade de cidades e de tamanho populacional, contemplando diferentes realidades; a variação de faixa etária das participantes; a variação do tempo transcorrido após a conclusão da graduação; e a variação do tempo de trabalho em CRAS; e se tem uma heterogeneidade de participantes que contribuem para a diversidade representacional, o que é ideal para enriquecer o estudo.

Antes das entrevistas, as participantes tomaram ciência do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assinando-o ao concordar em participar da pesquisa, sendo informadas da possibilidade de desistência a qualquer tempo, sem nenhum prejuízo. Um tópico-guia mínimo auxiliou como introdução e guia da entrevista. O tópico-guia foi composto no total por cinco itens. O primeiro item, dispositivo inicial da entrevista, questionava: “Quem são os usuários do CRAS e como caracterizá-los?”. A partir disso, buscava-se que a entrevista transcorresse o mais livremente possível, sendo que se adicionavam questões sempre que surgiam dúvidas ou necessidade de maiores esclarecimentos. Outros quatro pontos compunham o tópico-guia, sendo todos necessariamente introduzidos em algum momento oportuno da entrevista: 1) como são as

famílias usuárias do CRAS e como caracterizá-las; 2) como é a vida desses sujeitos (em termos de rotina e cotidiano, o que ia sendo explorado a partir de mais perguntas de acordo com o que era trazido pelas entrevistadas); 3) há aspectos dos usuários que podem ser vistos como obstáculos para a efetivação das propostas do CRAS/SUAS e, se sim, quais são eles; e, por fim, 4) se há aspectos dos usuários que podem ser vistos como positivos e que contribuam para a efetivação da proposta do CRAS/SUAS e, caso existam, quais são eles.

A definição por 21 entrevistas obedeceu ao critério de saturação indicado por Bauer e Aarts (2008), no qual as entrevistas vão sendo realizadas, produzindo diferentes representações e um bom volume de dados, até que a inclusão de novos participantes não acrescente mais tantos dados inéditos ou significativamente relevantes, produzindo, em sua maioria, discursos recorrentes. Ou seja, mais entrevistas não levariam necessariamente a um entendimento mais detalhado, por isso se opta por encerrá-las, o que aconteceu no caso no vigésimo primeiro encontro. Assim, assume-se que a variedade representacional é limitada no tempo e no espaço social e que vai existindo uma confiança gradativamente crescente do pesquisador na compreensão do fenômeno à medida que vão sendo realizadas as entrevistas. Isso quer dizer, em outras palavras, que se realizou um número suficiente de entrevistas capazes de permitir certa reincidência de dados, sem, contudo, desprezar informações ímpares, dentro do tempo disponível para tanto. Bauer e Aarts (2008) indicam também que o número entre 15 e 25 entrevistas individuais é o máximo para uma criteriosa análise, o que está de acordo com este estudo.

Posteriormente, todo o material levantado nas entrevistas foi submetido à análise de discurso, conforme proposta por Gill (2008). Para ela, não há uma receita delimitada para tanto, mas sim etapas que podem ser mais ou menos estruturadas. Segundo a autora, o primeiro passo é a transcrição das entrevistas, a partir dos registros literais das falas. A manutenção dos registros literais das fontes no decorrer do trabalho – ao invés da seleção de pequenos recortes que apenas legitimam o que diz o autor – foi uma proposta mantida nesta pesquisa, baseada na ideia de que o registro literal indica confiabilidade, como afirmam Gaskell e Bauer (2008), já que dão margem para diferentes interpretações, permitindo ao leitor que aceite ou refute os pontos de vistas explorados. Por isso, apresenta-se a transcrição das falas de maneira mais integral possível, evitando recortes, para que o leitor também faça suas próprias inferências, aceitando ou refutando os pontos de vistas levantados.

Após essa primeira parte, Gill (2008) relata que se inicia a análise propriamente dita, através de uma leitura que seja capaz de, no processo inverso das representações sociais, tornar o familiar estranho, a partir de um espírito cético, atento ao contraditório e ao detalhe. Feito isso, passa-se à codificação, em um movimento de mergulho no material, que desta vez torne o conteúdo familiar, para que seja possível a organização em campos temáticos, mais gerais no início. Em seguida, acontece uma análise mais profunda, em que se refinam as primeiras análises. Embora o material seja categorizado, não significa que ele não suporte contradições e fragmentos. Pelo contrário, já que as representações sociais são totalmente afeitas à ambivalência.

Por fim, vale lembrar que a análise de discurso é uma maneira de ler o texto, existindo outras. A partir dela se tem uma interpretação cuidadosa do material, sendo que a validade reside na descrição minuciosa e honesta do pesquisador sobre seus passos, como se tenta fazer aqui.

Resultados

Os resultados estão organizados em três grandes campos temáticos. O primeiro aborda uma questão de gênero, já que são mulheres, em grande parte, que costumam acessar o CRAS. No segundo, apresenta-se o principal motivo de acesso aos serviços: a busca por benefícios. Por fim, aborda-se um outro motivo de acesso, mas menos comum que o anterior, o que pode ser observado até pelo número de falas que o compõe: a procura por orientações e documentação.

“Por que só mulheres vêm aqui?”: quem é o público que comumente acessa o CRAS

Uma primeira representação sobre o público que acessa o CRAS é que ele é composto em sua maioria por mulheres, o que é corroborado por outros estudos, como o de Yazbek et al. (2010). Ou seja, uma política não só predominantemente feita por mulheres, como já descrito, mas também em grande parte dirigida a mulheres, como se constata nas falas abaixo:

“A maioria da população que vem aqui é mulher. É difícil vir homens, o pai de alguma criança ou marido de alguma beneficiária. [...] Eu adoraria na realidade trabalhar com os homens, mas eu sei que é difícil vir homens aqui. É só tu sentar ali e ver, tu vai ver muito mais mulheres sentadas do que homens. Isso já é uma coisa para ser pensada: por que só mulheres vêm aqui?”. P16

“A maioria que procura são mulheres, mas também têm homens que acessam o serviço. E o CRAS é a porta de entrada por demandas por alimento, atendimento na rede de saúde, transporte, habitação”. P9

“Em geral são mulheres que vêm pra pedir alimentos, pedir roupas. [...] Quem vem são as mulheres, o único perfil que eu tenho são mulheres”. P16

“O público masculino geralmente vem solicitando passagens, vale-transporte para alguma entrevista de emprego, basicamente é isso; o feminino não, o público feminino, as mulheres, se diversificam mais assim, têm muitas que vêm por causa da cesta básica, basicamente a porta de entrada do CRAS são os vale-transportes e as cestas básicas, porque ainda tem a ideia do assistencialismo, então ‘eu vou lá, vou ganhar a minha cesta básica e no outro mês eu vou voltar para isso de novo’”. P4

“As mulheres são maioria aqui. Homens poucos acessam. Homens acessam a tarifa social, documentação, às vezes não conseguem nem dizer que é de uma família que já está em acompanhamento. [...] Os homens, são homens de mais de 30 anos, os jovens pouco acessam. [...] A maioria da juventude de 14 para cima já tem envolvimento com tráfico. [...] Quem vêm são as mães desses rapazes. Eles, pela função do tráfico, não podem circular pela região, a gente pouco vê”. P13

Como exposto no título deste primeiro campo temático – e a partir dos discursos reproduzidos – surge a problematização: por que somente mulheres acessam o CRAS? Uma das pistas que temos para responder esta questão, de acordo com o trazido pela pesquisa de Pereira e Guareschi (2013), é que são mulheres/mães que costumam ser as “chefes” dessas famílias, muitas vezes morando sozinhas com os filhos, responsáveis, portanto, pela manutenção da vida familiar, o que frequentemente inclui o acesso aos serviços de educação, saúde e também de assistência social. Talvez este seja um forte motivo que justifica a predominância feminina nos CRAS.

Outro aspecto também trazido por Pereira e Guareschi (2013) e que ajuda na busca das respostas de por que as mulheres são maioria no atendimento no CRAS é o que pode ser definido como uma “crise” masculina, devido a não presença dos homens ou, quando presente, exercendo um papel secundário, pouco protagonista ou negligente, fazendo com que justamente as mulheres acabem ocupando uma função mais importante e de responsabilidade dentro da família, por isso mesmo sendo rara a procura masculina por atendimentos no SUAS.

Essa centralidade da mulher na “chefia” das famílias não chega exatamente a ser uma novidade, sendo que outros autores já detectaram isso, como Fernandes (2006); Alencar (2010); Duque-Arrazola (2010); Fávero (2007), que vê o fato até como uma tendência; e Pereira-Pereira (2010), que defende que há o esgotamento de um modelo familiar nuclear a partir da ascensão da mulher ao mundo do trabalho e ao sustento financeiro e emocional da família. Porém, como afirma Mioto (2010), apesar de certo consenso sobre as mudanças no interior das famílias, os serviços e as ideias dos profissionais continuam se movimentando a partir de expectativas

Barbarói, Santa Cruz do Sul, n.41, p.<148-173>, jul./dez. 2014

relacionadas aos papéis típicos de uma concepção funcional de família, sendo a mulher-mãe responsável pelo cuidado e educação dos filhos e o homem-pai pelo provimento e autoridade familiar. Isso está fortemente atravessado por julgamentos morais, principalmente sobre a figura materna, frequente alvo de culpabilização. Essa psicologização faz com que o foco seja sobre indivíduos-problemas, sejam eles mães, pais ou filhos, não ligados a processos relacionais mais amplos, no que a autora chama de enclausuramento dos problemas sociais nos muros domésticos. Conforme Duque-Arrazola (2010), isso sobrecarrega as mulheres na medida em que ganham mais uma função de trabalho não remunerado, permanentemente à disposição dos programas de assistência social, reforçando a imagem da mulher-mãe-esposa-dona-de-casa.

Como aponta Euzébios Filho (2011), uma das consequências da responsabilização das mulheres sobre a vida das famílias acaba sendo o fortalecimento do estereótipo feminino ligado à vida privada e aos cuidados com a casa e os filhos. Já Yazbek et al. (2010) alertam para o risco de elevada sobrecarga social sobre as funções a serem desempenhadas pela figura feminina no âmbito familiar, apontando a importância da busca da participação masculina.

Para Fávero (2007) – que encontrou um padrão parecido de ausência do pai em sua pesquisa sobre a perda do poder familiar – o papel masculino que supunha autoridade e provento se encontra frágil, frente às pressões socioeconômicas às quais esta população vulnerável fica exposta, com dificuldades de integração no mundo do trabalho, o que pode ser uma das possíveis explicações para essa “crise” masculina, já que assim o homem acaba tendo dificuldades para exercer o elo entre a família e o mundo externo, pelo qual tradicionalmente ele era o responsável. Porém, como evidencia Duque-Arrazola (2010), mesmo que as mulheres sejam responsáveis por toda a vida da família, permanece viva a ideia de que a voz de mando é do marido quando ele está em casa, restando a elas um jogo de estratégia de poder.

Portanto, fica evidente que existe uma preponderância feminina na política de assistência social, já que se trata do público que predominantemente acessa os serviços. Assim, restam problematizações sobre a dimensão social do que pode ser chamado de uma “crise” dos homens, não culpabilizando-os individualmente, mas sim investigando como esta “crise” se engendra às dinâmicas sociais, ao mundo do trabalho, à violência, entre outros aspectos que dão pistas sobre a “ausência” masculina nas famílias.

Por fim, vale frisar que parece haver ainda uma diferença entre mulheres e homens no que se refere ao motivo de procura pelo CRAS. As mulheres, de maneira geral, parecem procurar

mais por benefícios, enquanto os homens, quando acessam, procuram por demandas específicas, necessidades de momento. Isso pode se relacionar a tudo que foi mencionado anteriormente, pois sendo a mulher a figura responsável pela família, é esperado, dentro dessa lógica, que ela acabe procurando o serviço por demandas mais amplas, que correspondam ao grupo familiar, e não só ao atendimento de suas necessidades individuais, como parece ocorrer com os homens.

Assim, o que se conclui é que há uma maciça presença feminina no CRAS, tanto pela parte das profissionais que atuam no serviço, em especial nas profissões de nível superior que compõem o CRAS, como também devido ao público que o acessa, o que não pode ser descartado nas reflexões e construções sobre o CRAS e a assistência social de modo geral.

“Apagar incêndio”: a busca por benefícios como principal motivo de acesso ao CRAS

Neste segundo campo temático se apresenta uma representação bastante difundida pelas profissionais entrevistadas e que diz respeito ao principal motivo de acesso ao CRAS: a busca por benefícios. Pelas falas, fica claro o quanto esta é a razão pela qual a maioria das pessoas acaba acessando o serviço, o que traz alguns pontos para reflexão, principalmente quanto ao questionamento do caráter preventivo da Proteção Social Básica (PSB), que pode estar em risco quando os(as) usuários(as) a acessam apenas em situação extrema.

“Já os atendimentos são muito pontuais, é, como minhas colegas dizem, ‘apagar incêndio’. A pessoa só vem aqui quando está realmente muito mal, né. Não tem roupa, não tem comida, a casa está desabando, e aí tu fica com aquela coisa, tipo o que tu vai fazer”. P15

“Geralmente quem vem é para apagar incêndio, algo grave que está acontecendo, um sofrimento muito grave, mas a continuidade é uma dificuldade”. P12

“A maioria vem em busca dos benefícios, do Bolsa-Família. [...] A gente percebe que as famílias assim muitas vêm em busca do benefício”. P10

“Inicialmente estão acostumados a procurar o CRAS por uma questão de segurança alimentar. [...] Na realidade eles vinham só para isso. [...] Procuram por esses motivos, tanto a comida e esses outros todos benefícios assim que a Secretaria oferece, né, o kit poste, o baixa renda, o auxílio funeral, sempre por uma questão financeira”. P20

“São pessoas que vêm muitas vezes pedir auxílio, pedir encaminhamento para benefícios, ou para demandas que eles tenham de habitação, de necessidades de alimentação”. P21

“Benefícios, que é uma área essencial, como casas, que a gente tenta pelo aluguel social, dependendo da situação; cestas básicas, que também são ofertadas [...]; e vale-transporte, que também a gente recebe para repassar”. P7

“A nossa grande demanda que a gente avalia mensalmente é de vale-transporte, que é o recurso mais procurado”. P13

“Geralmente a porta de entrada deles é a busca ou de direitos ou de alimentação muitas vezes, o que já não é mais vinculado ao CRAS, mas que foi, então têm essa ligação, essa procura de alimentos. [...] Então através disso às vezes a gente vai identificando alguns outros problemas, né, sociais, familiares, psicológicos”. P18

Percebe-se que quando há a busca por benefícios, muitos problemas parecem já estar instaurados, já que a procura se dá para “apagar incêndio”, isto é, situações em que provavelmente os direitos já estão violados. Porém, tendo o CRAS como objetivo principal “prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania” (MDS, 2009a, p. 9), estaria ele exercendo plenamente suas funções, antecipando-se à ocorrência das situações de vulnerabilidade? Para que esta resposta seja afirmativa, é necessário que, além da garantia de acesso aos direitos – através dos benefícios – outras ações sejam desenvolvidas, já devidamente descritas pelos cadernos e orientações do SUAS, mas que incluem, pelo menos, a busca ativa, os serviços de convivência e o acompanhamento de famílias, a fim de que, de fato, o CRAS cumpra ao menos em parte suas funções preventivas e não exerça apenas um papel paliativo ou compensador de direitos já violados.

Cruz e Guareschi (2012) afirmam que situações cotidianas do CRAS, como a procura por uma cesta básica, por exemplo, põem em tensão a noção de sujeito de caridade e de sujeito de direito. Fornecer ou não acaba sendo o dilema de muitos técnicos, já que para alguns seria uma ação assistencialista e que “não ensinaria a pescar”, enquanto para outros uma forma de evitar que a família passe fome. Ampliando a discussão em relação à busca pelo benefício, é interessante notar que a maioria das falas desse campo temático define como tal o que também poderia ser concebido como um direito. Legalmente garantidos na Constituição de 1988, dentre eles estão o direito ao trabalho, à renda, à alimentação, ao transporte e à moradia digna, embora não plenamente respeitados em nosso país. No entanto, a própria Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (MDS, 2009b) traz em seu texto, no capítulo IV, a noção de benefício – Benefício

de Prestação Continuada (BPC) e Benefícios Eventuais – e não a noção de direito, passando uma conotação de benevolência ou favor ao termo. Já o texto da Política Nacional de Assistência Social (MDS, 2004, p. 26) elenca entre seus princípios o “respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade”, firmando o benefício como meio de acesso ao direito. Na verdade, essa é uma discussão que poderia ser mais bem problematizada pelos próprios documentos do SUAS, já que a ideia de benefício pode trazer uma conotação de beneficência, enquanto a ideia de direito consolida a garantia legítima de aspectos legalmente constituídos. A partir da lógica que se depreende do texto da PNAS exposto acima, fornecer uma cesta básica, por exemplo, nada mais é que o acesso a um meio, o benefício, para o alcance de um direito, o da alimentação. Nessa lógica, a pobreza pode ser considerada como uma violação mais ampla dos próprios direitos humanos. Essa discussão benefício *versus* direito é também trazida pela pesquisa de Yazbek et al. (2010), na qual foi encontrada significativa negação dos profissionais pela provisão de benefícios, condenados por seu caráter assistencialista, porém se esquecendo que esses são regularmente estabelecidos pela LOAS, sendo parte fundamental da assistência social. Isso corrobora com a tese exposta anteriormente de possível mau esclarecimento em relação às noções de benefício e direito, o que faz com que os primeiros sejam vistos como benesse, quando, na realidade, tratam-se de meios de acesso a direitos previamente violados.

Um outro aspecto a ser considerado é que a busca por benefícios acaba possibilitando aos técnicos a abertura de uma via de trabalho importante, devido à própria circulação dos(as) usuários(as) pelo CRAS e outros serviços, aproximando-se, assim, das equipes e ampliando as possibilidades de desenvolvimento do trabalho. Em outras palavras, conforme Soares, Susin e Warpechowski (2009), isso significa não apenas dar uma resposta em termos materiais aos usuários, mas, principalmente enquanto psicólogos, abrir um espaço de escuta a esses sujeitos, recolocando-os na condição de desejante e também de cidadãos.

Por fim, vale retomar um questionamento feito no início desta discussão: é possível ao CRAS exercer sua função preventiva em meio a um cenário de violação contínua de direitos? Compreendendo a assistência social dentro do marco capitalista, enquanto ação paliativa frente às desigualdades e às injustiças do sistema, é inviável ao CRAS, nesta perspectiva, atuar de maneira plenamente preventiva, pois ele lida com problemas amplos e já instaurados, que não podem ser definitivamente resolvidos pela assistência social, mas sim administrados, pois dizem respeito às

expressões da questão social nos campos econômico, político e social. Aceitar acriticamente essa recomendação inscrita nas normativas do CRAS/SUAS é tentar resolver uma tarefa insolúvel para a assistência social. Por isso, não é de estranhar que os benefícios sejam a principal razão de acesso aos serviços, na medida em que garantem ao menos em parte alguns dos direitos violados com os quais convivem continuamente os(as) usuários(as) da assistência social.

Orientações e documentação: outras necessidades

Outro motivo de acesso ao CRAS, em menor escala, é a procura por orientações gerais, sobre formas de acesso os serviços; questões de documentação; ou, ainda, de cadastro no Programa Bolsa-Família, como se observa em algumas falas abaixo:

“E tem também famílias que já têm uma organização e acabam utilizando o CRAS para questão de documentação ou orientações”. P13

“Tem uma outra estrutura de pessoas e de famílias que vêm buscar o CRAS que já são um pouco mais independentes. Que vêm solicitar digamos assim ‘ah eu vim fazer o recadastro do Bolsa’. Ou então vêm aqui para solicitar certidões de nascimento, alguma coisa assim”. P15

“Falta documentação, vem para cá e a gente orienta para estar fazendo seus documentos”. P17

“A gente acaba atendo mais a parte dos cadastramentos e orientação para quais serviços eles podem utilizar. [...] A grande maioria vem em busca de informação sobre o cadastro único e acaba entrando no atendimento”. P1

“Para ver alguma coisa de documentação que elas precisam, para alguma questão de um filho que estragou o documento e elas precisam para comprovar alguma coisa. Ou vem aqui atualizar o cadastro, fazer atualização, verificar a situação, tirar pessoas, ou colocar pessoas, ou por causa do bloqueio”. P16

“O CRAS está inserido em um local de vulnerabilidade do município. Então, de modo geral, todos eles vêm muito em função de uma vulnerabilidade, [...] de muitas vezes ter um desconhecimento, uma falta de acesso a informações”. P21

Conforme as falas, parece que quem acessa o CRAS procurando alguma orientação ou encaminhamento acaba sendo visto como um pouco mais organizado ou independente, diferente daqueles em situação extrema de vulnerabilidade, que procuram o CRAS motivados pelos benefícios. Nesses casos aqui expostos, talvez fique mais claro – a partir da discussão sobre benefícios e direitos feita anteriormente – que a busca se dá realmente por direitos, como são

encarados os acessos às orientações e à documentação, e não por benefícios, enquanto entendidos como favor ou caridade, mostrando certa distorção em torno dessa temática.

Quando desenvolve essas funções, o CRAS consegue cumprir pelo menos em parte seu papel preventivo, já que a busca por orientações e documentação são atividades prioritárias que constam nas estratégias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), por serem meios de acesso a direitos básicos e de desenvolvimento da autonomia. Sobre o PAIF, esse consiste em um dos principais serviços que compõem a proteção social da assistência social, necessariamente ofertados nos CRAS, a fim de favorecer a função protetiva da família (MDS, 2012). Assim, mesmo que aqui apareçam como aspectos secundários, constituem-se matéria legítima do cotidiano de trabalho no CRAS.

Considerações finais

A partir das considerações feitas neste artigo, pode-se evidenciar o quanto há uma representação social bem definida sobre o público que comumente acessa o CRAS e os principais motivos para isso. Em síntese, os(as) usuários(as) são mulheres, em sua maioria, à procura de benefícios e que, em alguns casos, também acessam em busca de documentação e orientações.

Essas características acabam ressaltando bem algumas das funções essenciais do CRAS, preconizadas nos documentos e nas normativas do SUAS, como o fato de ser a “porta de entrada” da política de assistência social, recebendo acessos múltiplos, mas, principalmente, em função do aspecto mais recorrente, que é a busca por benefícios; ser um dispositivo basicamente ligado às funções protetivas e de desenvolvimento da família, objetivando que através da garantia de direitos se mantenham os vínculos familiares e as condições dignas de vida para assegurar o bem-estar de seus membros; e um serviço que é também travessia entre diversas políticas, informando e indicando os fluxos pertinentes a cada caso. Mas, por vezes, também se desvirtua de seu papel ao atuar para “apagar incêndios”, por exemplo, não conseguindo desenvolver potencialidades ou acompanhar as famílias a fim de evitar que as situações cheguem até um patamar extremo, embora, como já discutido, esta seja uma situação social complexa e já instaurada em nosso país, estando para muito além da atuação da assistência social. Logo, cabe também a problematização dos próprios documentos e normativas do CRAS/SUAS, na medida em que elencam ações que estão para além do alcance desta política.

Vale lembrar que por ser definida como uma política destinada “àqueles que dela necessitarem”, como consta na LOAS, torna-se importante que os(as) profissionais desenvolvam uma abordagem cidadã na abordagem dos(as) usuários(as), capaz de superar práticas que reproduzem e reificam a opressão (AGUINSKY, FERNANDES e TEJADAS, 2009). Em outras palavras, isso significa que o CRAS deve ter uma ação integrativa, não atuando a fim de barrar os sujeitos, nem selecionar para atendimento apenas aqueles mais “adequados”. Como “porta de entrada”, é sua função acolhê-los e acompanhá-los, fazendo os encaminhamentos pertinentes quando necessários, observando também a posterior integração aos serviços recomendados.

Por fim, um último aspecto a ser considerado no que tange ao público que acessa o CRAS e aos motivos que o levam a isso se refere à busca ativa, atividade muitas vezes negligenciada ou até ignorada, mas que se trata de um aspecto essencial no alcance dos(as) usuários(as) a serem atendidos pelo CRAS. Quando não realizada, há o risco dos serviços se tornarem nada mais que “postos de atendimento social”, onde os(as) profissionais ficam esperando o acesso das pessoas, desconsiderando que muitas vezes elas desconhecem, não conseguem ou não sabem ainda exatamente o que podem buscar nesses locais. É fato que muitas vezes os sujeitos que vivem situações mais extremas de vulnerabilidade – ou seja, os que realmente precisam ser acolhidos e acompanhados pelo CRAS – não chegam até os serviços, como indica a pesquisa de Pereira e Guareschi (2013), sendo necessário que os(as) profissionais os busquem ativamente e os acompanhem, isto é, de que o CRAS vá até eles. Somente assim pode ser possível ampliar e possibilitar o acesso à assistência social a quem dela necessitar, reformulando também o cenário quase único do CRAS de “mulheres à procura de benefícios” para um atendimento ampliado que, embora até certo ponto limitado, pode evitar situações extremas e construir meios para uma vida mais digna e de respeito aos direitos humanos.

WOMEN SEEK BENEFITS": CRAS'S PORTRAIT

Abstract

This article aims at evidencing and discussing who are the people accessing the Centro de Referência de Assistência Social (CRAS – Reference Center for Social Assistance (CRAS) and their main reasons for so. CRAS is considered the "gateway" to the Sistema Único de Assistência Social (SUAS – Universal System of Social Assistance) and has a key role in introducing users to the social assistance policy. To construct the research, 21 psychologists working at 20 CRAS in metropolitan and the central areas of Rio Grande do Sul are interviewed and the social representation perspective is adopted. All interview material undertakes discourse analysis.

Barbarói, Santa Cruz do Sul, n.41, p.<148-173>, jul./dez. 2014

Organized in three thematic fields, results point out females are the ones predominantly accessing services. The reasons for women preponderance is discussed as well as some of the clues for male absence. The primary motivation for seeking assistance at CRAS is the demand for financial benefits. It demonstrates social assistance policy services fail to act preemptively and evidence a scenario of established vulnerability. Guidance and documentation are the other reason to turn to a CRAS, though on a smaller scale. Final considerations address the role of CRAS, difficulties and potentialities involving the access to social assistance services.

Keywords: CRAS. Psychology. Social Assistance.

MUJERES BUSCAN BENEFICIOS": EL ESCENARIO DE CRAS

Resumen

Este artículo tiene como propósito evidenciar y problematizar quiénes son las personas que acceden a los Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) y los principales motivos para buscarlos. CRAS es considerado la "puerta de entrada" para el Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que significa que tiene un papel clave en la acogida de los usuarios a la política de asistencia social. Para la construcción de la investigación, se entrevistó 21 psicólogos que trabajan en 20 CRAS en el área metropolitana y en las zonas centrales de Rio Grande do Sul desde la perspectiva de las representaciones sociales. Todo el material de las entrevistas fue sometido a análisis del discurso. Organizado en tres áreas temáticas, los resultados señalan que las mujeres son las que principalmente acceden a los servicios. Las razones de la preponderancia de las mujeres se discute, así como algunas de las pistas de la ausencia masculina. La demanda de los beneficios financieros es la principal motivación para solicitar asistencia en CRAS, lo que demuestra que los servicios no han actuado de forma preventiva, revelando un escenario de vulnerabilidad ya establecido. La búsqueda de orientación y documentación son otras de las razones para la demanda de servicios, aunque en menor escala. Consideraciones finales abordan el papel de los CRAS, dificultades y potencialidades relacionados con el acceso a los servicios de asistencia social.

Palabras clave: CRAS. Psicología. Asistencia Social.

Referências

AGUINSKY, B. G.; FERNANDES, I.; TEJADAS, S. S. Entre a garantia de direitos e o reforço à subalternização: concepções e práticas ainda em disputa sobre o público-alvo da Política de Assistência Social. In MENDES, J. M. R.; PRATES, J. C.; AGUINSKY, B. G. (Orgs.). *O*

Sistema Único de Assistência Social: as contribuições à fundamentação e os desafios à implantação. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2009.

ALENCAR, M. M. T. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família. In SALES, M. A.; MATOS, M. C; LEAL, M. C. (Org.). *Política social, família e juventude: uma questão de direitos.* 6ª ed. São Paulo : Cortez, 2010.

BAUER, M. W.; AARTS, B. A construção de um *corpus*: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.* 7ª ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2008.

BERNARDES, J. S. *O debate atual sobre a formação em psicologia no Brasil – permanências, rupturas e cooptações nas políticas educacionais.* 198p. Tese de doutorado – PUCSP, São Paulo. 2004.

COUTO, B. R. *O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?* 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2010.

COUTO, B. R.; YAZBEK, M. C.; RAICHELIS, R. A. Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In COUTO, B. R.; YAZBEK, M. C.; SILVA, M. O. S.; RAICHELIS, R. A. (Orgs.) *O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento.* São Paulo : Cortez, 2010.

CRUZ, L. R; GUARESCHI, N. M. F. Articulações entre a psicologia social e as políticas públicas na assistência social. In CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. (Orgs.). *O psicólogo e as políticas públicas de assistência social.* Petrópolis, RJ : Vozes, 2012.

DIMENSTEIN, M. Psicologia, política e produção em saúde. In GUARESCHI, N. M. F.; SCISLESKI, A.; REIS, C.; DHEIN, G.; AZAMBUJA, M. A. (Orgs.). *Psicologia, Formação, Políticas e Produção em Saúde.* Porto Alegre : EDIPUCRS, 2010.

DUQUE-ARRAZOLA, L. S. O sujeito feminino nas políticas de assistência social. In MOTA, A. E. (Org.). *O mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade.* São Paulo : Cortez, 2010.

EUZÉBIOS FILHO, A. *Psicologia e Desigualdade Social.* Curitiba : Juruá, 2011.

FÁVERO, E. T. *Questão social e perda do poder familiar.* São Paulo : Veras Editora, 2007.

FERNANDES, I. Dialética da instrumentalidade: abordagem grupal e familiar na perspectiva da assistência social. In MENDES, J. M. R.; PRATES, J. C.; AGUINSKY, B. (Orgs.) *Capacitação sobre PNAS e SUAS: no caminho da Implantação.* Porto Alegre : EDIPUCRS, 2006.

FREITAS, M. F. Q. Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária – práticas da psicologia em comunidades nas décadas de 60 a 90, no Brasil. In CAMPOS, R. H. F. (Org.). *Psicologia Social Comunitária – da solidariedade à autonomia*. 15ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro : Vozes, 2009.

GASKELL, G.; BAUER, M. W. Para uma prestação de contas pública: além da amostra, da fidedignidade e da validade. In BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 7ª ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2008.

GILL, R. Análise de discurso. In _____. 7ª ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2008.

GONÇALVES, M. G. M. *Psicologia, subjetividade e políticas públicas*. São Paulo : Cortez, 2010.

GONZÁLES, Z. K.; GUARESCHI, N. M. F. Concepções sobre a categoria juventude – paradoxos e as produções no modo de ser jovem. In CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. (Orgs.). *Políticas Públicas e Assistência Social*. Petrópolis, RJ : Vozes, 2009.

GUARESCHI, P. A. Representações sociais: alguns comentários oportunos. In NASCIMENTO-SCHULZE, C. (Org.). *Novas contribuições para a teorização e pesquisa em representação social. Coletâneas da ANPEPP*, v.1, n.10, 1996.

GUARESCHI, P. A. Representações Sociais: avanços teóricos e epistemológicos. *Temas em Psicologia da SBP*, v.8, n.3, p.249-256, 2000.

GUARESCHI, N. M. F. et al. A psicologia e a formação do profissional da saúde para o SUS: um estudo a partir dos currículos de cursos de psicologia do Rio Grande do Sul. In GUARESCHI, N. M. F. et al. (Orgs.). *Psicologia, Formação, Políticas e Produção em Saúde*. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2010.

HILLESHEIM, B.; CRUZ, L. R. Do território às políticas públicas: governo, práticas psicológicas e busca ativa no CRAS. In CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. (Orgs.). *O psicólogo e as políticas públicas de assistência social*. Petrópolis, RJ : Vozes, 2012.

JOVCHELOVITCH, S. *Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura*. Petrópolis, RJ : Vozes, 2008.

KAHALE, E. M. P.; ANDRIANI, A. G. P. A constituição histórica da psicologia como ciência. In KAHALE, E. M. P. (Org.). *A diversidade da psicologia – uma construção teórica*. 2ª ed. São Paulo : Cortez, 2006.

- LOPES, M. C. Políticas de Inclusão e Governamentalidade. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, 34(2), p. 153-169, maio-ago, 2009.
- MACEDO, J. P. et al. O psicólogo brasileiro no SUAS: quantos somos e onde estamos? *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.16, n.3, p.479-489, 2011.
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, 2004.
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS)*. Brasília, 2006.
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações Técnicas CRAS*. Brasília, 2009a.
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *LOAS “Anotada” – Lei Orgânica de Assistência Social*. Brasília, 2009b.
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Revista Desenvolvimento Social*. Ano 2, nº 2. Brasília, 2010a.
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Censo SUAS 2010*. Módulos: CRAS, CREAS, Gestão Municipal, Gestão Estadual, Conselho Municipal, Conselho Estadual e Entidades Conveniadas. Brasília, 2010b.
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Censo SUAS 2009 – CRAS*. Brasília, 2011a.
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Jornal MDS*. Nº 27. Brasília, 2011b.
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais – volume 1*. 1ª edição, Brasília, 2012.
- MIOTO, R. C. T. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Orgs). *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. 6ª ed. São Paulo : Cortez, 2010.
- MOSCOVICI, S. *Representações Sociais: investigação em psicologia social*. Petrópolis, RJ : Editora Vozes, 2003.

- MOTA, A. E. A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In Mota, A. E. (Org.). In MOTA, A. E. (Org.). *O mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade*. São Paulo : Cortez, 2010.
- PEREIRA, V. T.; GUARESCHI, P. A. *A Psicologia no mundo da vida: representações sociais sobre os(as) usuários(as) do CRAS*. Porto Alegre. 153 p. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2013.
- PEREIRA-PEREIRA, P. A. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In SALES, M. A.; MATOS, M. C; LEAL, M. C. (Orgs.). *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. 6ª ed. São Paulo : Cortez, 2010.
- POCHMANN, M. Assegurar o bem-estar coletivo. *Le Monde Diplomatique Brasil*, Novembro, 2009.
- SÁ, C. P. *A construção do Objeto de Pesquisa em Representações Sociais*. Rio de Janeiro : EdUERJ, 1998.
- SOARES, J. N.; SUSIN, L.; WARPECHOWSKI, M. B. A clínica ampliada na Assistência Social. In CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. (Orgs.). *Políticas Públicas e Assistência Social*. Petrópolis, RJ : Vozes, 2009.
- TEIXEIRA, S. M. Trabalho Interdisciplinar nos CRAS: um novo enfoque e trato à pobreza. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v.9, n.2, p.286-297, ago./dez., 2010.
- VAITSMAN, J; ANDRADE, G. R. B.; FARIAS, L. O. Proteção Social no Brasil: o que mudou na Assistência Social após a constituição de 1988. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.14, n.3, p.731-741, 2009.
- YAMAMOTO, O. H. “Políticas sociais, ‘terceiro setor’ e ‘compromisso social’: perspectivas e limites do trabalho do Psicólogo”. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v.19,n.1, p.30-37, 2007.
- YAZBEK, M. C. et al. O Sistema Único de Assistência Social em São Paulo e Minas Gerais – desafios e perspectivas de uma realidade em movimento. In COUTO, B. R. et al. (Orgs.) *O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento*. São Paulo: Cortez, 2010.

Data de recebimento: 08/06/2013

Data de aceite: 04/11/2014

Sobre o autor:

Vinicius Tonollier Pereira é mestre em Psicologia Social e Institucional - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Endereço eletrônico: viniciustonollier@hotmail.com